

Rápida nota do tradutor

Gabriel Teles Viana *

Otto Ruhle (1874-1943)¹ é considerado um dos principais teóricos e representantes do que ficou conhecido como “comunismo de conselhos”². No Brasil, sua obra ainda é muito pouco conhecida, sobretudo pela escassez de traduções. Este pequeno texto, *Os Sindicatos*, é um capítulo de seu livro *Da Revolução Burguesa à Revolução Proletária*³, publicado em 1924, onde apresenta suas ideias políticas a respeito tanto da revolução burguesa quanto da futura revolução proletária. Nele, na primeira parte do livro, há uma crítica voraz das organizações que dizem representar o movimento operário, mas que expressam tão-somente a dominação e o desmantelamento das luta revolucionária dos trabalhadores. O sindicato, bem como os partidos políticos, é uma delas. É neste pequeno capítulo que ele traz o significado histórico e a quem serve esta organização.

O resgate e novas traduções de textos e livros de conselhistas deve-se a sua importância histórica, cumprindo o papel de expressar teórica e politicamente o proletariado revolucionário no período de suas produções, assim como pela reemergência, na contemporaneidade, do interesse pelas críticas as velhas formas burocráticas de organização bem como sua negação em determinadas das lutas sociais atuais, tanto nos movimentos sociais quanto no movimento operário.

* Graduando em Ciências Sociais pela UFG, pesquisador pelo Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS)

¹ Aos interessados pela biografia do autor, há uma feita por outro comunista de conselhos, Paul Mattick. Pode ser acessado por aqui: <<https://www.marxists.org/portugues/mattick/1960/mes/ruhle.htm>>

² Há duas obras, de autores brasileiros, que trazem a discussão sobre o comunismo de conselhos. O artigo de Nildo Viana, *Notas sobre a História e Significado do Comunismo de Conselhos*, publicado na revista *Marxismo e Autogestão* (<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9aviana4>); e o Livro de Lucas Maia *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social* (2016), publicado na Rizoma Editorial.

³ Ainda sem tradução e edição brasileira. É possível achar edições espanholas e portuguesas da década de 70.

Os Sindicatos

Otto Ruhle

“O preço da força de trabalho pode subir acima ou descer abaixo de seu valor; dito de outra maneira, afastar, de um ou outro sentido, do preço que é a expressão monetária do valor”

“O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância não há que subestimar para a classe operária. Os sindicatos tem como finalidade impedir que o nível dos salários decaia para baixo do montando pago tradicionalmente nos diversos ramos da indústria, e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. Como é sabido, que se muda a relação entre a oferta e a demanda, o preço da mercadoria também muda [...] Os operários se coligam afim de colocarem-se, de alguma maneira, em pé de igualdade com os capitalistas, para a contratação da venda de seu trabalho. Esta é a razão (a base lógica) dos sindicatos. O que eles procuram é evitar que, sob pressão direta da miséria que lhe é particular, o operário se vê obrigado a contentar-se com um salário inferior ao que estava fixado previamente pela oferta e procura em determinado ramo de atividade, de maneira que o valor da força de trabalho caia para baixo de seu nível tradicional nessa indústria”.

“Os sindicatos jamais permitem, portanto, a seus membros trabalhar por debaixo de um mínimo de salário. São sociedade de seguridade criadas pelos próprios operários.

Karl Marx, Resultados do processo de produção imediato.

O que se tem dito sobre os partidos, seus dirigentes e táticas, vale também para os sindicatos. De fato, nos mostram tanto mais a típica tática de compromisso pequeno-burguês quanto que a sua própria existência representa um compromisso entre o capital e o trabalho. Os sindicatos nunca proclamaram que a eliminação do capitalismo foi sua meta e missão. Eles mesmo nunca se comprometeram de nenhuma maneira concreta para este fim. Desde o seu surgimento, os sindicatos consideram a existência do capitalismo como algo dado. Aceitando este fato, eles vêm se empenhando e se comprometendo dentro do marco da ordem econômica capitalista para lutar por melhores salários e condições de trabalho para o proletariado. Não há, portanto, ação para abolição do salariado em geral, não há empenho para o rechaço fundamental da economia capitalista, não há, enfim, luta contra o todo. Isso, dizem os sindicatos na lógica burguesa, é assunto de partidos políticos. Por conseguinte, eles se declaram apolíticos; fizeram alarde da sua neutralidade e rejeitaram qualquer dever partidário. Seu papel era o compromisso, a mediação, a cura de sintomas e a prescrição de paliativos. Desde o começo, sua atitude básica não era apenas ser apolítica, mas também a ação contrarrevolucionária. Eram reformistas, oportunistas, órgãos auxiliares do compromisso entre a burguesia e o proletariado.

Os sindicatos nasceram das associações de jornaleiros dos velhos grêmios artesanais. Estavam imbuídos do moderno espírito do movimento operário quando o

capitalismo, através da grande crise de 1860, estampou com particular aspereza na consciência do proletariado as entranhas e horrores de seu sistema. Sob esta pressão econômica, que intensificou-se em grande medida o movimento operário na Europa. O primeiro congresso sindical foi convocado por Schweitzer e Fritzsche em 1868. Fritzsche caracterizava muito certamente as organizações sindicais e seus deveres quando explicava:

As greves não são um meio de alterar os fundamentos do modo de produção capitalista: são, na verdade, meio para expandir a consciência de classe dos operários, romper o domínio policial e retirar da atual sociedade, os abusos sociais individuais de natureza opressiva, tais como o tempo de trabalho, excessivamente longo, e o trabalho aos domingos (FRITZSCHE, no data)

No período seguinte, as atividades dos sindicatos consistiram em agitações do proletariado, mobilizando-o para a coordenação, ganhando-o para a ideia de lutas de classe, protegendo-o contra os piores rigores da exploração capitalista e arrancando constantemente vantagens momentâneas quando fosse possível da sempre instável situação entre trabalho e capital. O empresário, anteriormente o amo todo poderoso, logo teve o forte poder centralizador da organização contra ele. E a classe operária, elevando-se da consciência de seu valor no processo de produção pela ação coordenada, aprendendo de greve em greve, de conflito a conflito, no desenvolvimento de sua energia de luta, constituiu-se em um importante fator que os capitalistas teriam que seriamente pôr em conta em todos seus cálculos para o lucro.

Nunca podemos pensar seriamente em negar o grande valor que os sindicatos tiveram para o proletariado como meios de luta na defesa de seus interesses imediatos; ninguém se atreverá a diminuir ou disputar os extraordinários serviços que os sindicatos realizaram defendendo esses interesses. No entanto, tudo isso é hoje, desgraçadamente, testemunhos e apelos a uma reputação que pertence tão-somente ao passado.

Na luta entre o capital e o trabalho, os empresários reconheceram rapidamente o valor da organização. Para serem capazes de confrontar com as coalizões operárias, se uniram em poderosas associações; primeiro mediante categorias de ofício e ramos de indústrias. E – como tinham grandes recursos financeiros e a proteção e a seu favor os funcionários públicos, sabiam como influenciar a lei e a magistratura e puderam aplicar os mais rigorosos métodos de terror, assédio e de ilegalidade a quaisquer patrões que não entendessem seus interesses de classe com rapidez e assim não tivesse o interesse requerido

para a associação – suas organizações logo se tornaram mais fortes, eficazes e poderosas do que as dos operários. Nesse sentido, os sindicatos viram-se empurrados da ofensiva para a defensiva pelas associações patronais. As lutas tornaram-se mais violentas e encarniçadas; seus êxitos foram se tornando cada vez mais raros, normalmente acabando em esgotamento dos fundos centrais, necessitando de pausas mais prolongadas entre as lutas para repousar e recuperar-se. Finalmente, se reconheceu que os questionáveis “êxitos” saíam demasiado caros e que, no melhor dos casos, os compromissos resultantes dos assaltos de combate, podiam ganhar-se com menos custos se a disposição a negociar se mostrar-se claramente desde o começo. Assim, começa-se a abordar as lutas ulteriores com demandas reduzidas, com disposição a negociar, com a intenção de fazer tratos. Em lugar de lutar abertamente, cada lado tenta manobrar o outro. O oferecimento a negociar não foi mais considerado como um erro ou fraqueza. Se ajustaram ao compromisso. Como regra geral, o acordo – não mais a vitória – se converteu na conclusão dos movimentos salariais e dos conflitos sobre os horários. Assim, com o tempo, sobreveio uma alteração do princípio ao fim na tática e no método de luta.

Surge a política de firmar contratos de trabalho. Sobre a base de acordos e da conciliação, se firmavam contratos em que se regulavam as condições de trabalho por escrito. Os contratos obrigavam todas as organizações, de ambas as partes de um determinado ramo industrial, por um determinado período de tempo maior ou mais curto. Em forma de compromisso, representavam uma espécie de trégua até uma nova ordem. O patrão ganhava benefícios significativos através da conclusão dos contratos de trabalho: agora podia fazer cálculos comerciais mais exatos durante a duração do contrato; podia demandar em uma corte burguesa o cumprimento dos términos de contrato; contar com uma certa estabilidade em sua gestão e taxa de lucro; e, sobretudo, podia concentrar sua força em maior paz durante anos, para situar muito mais pressão sobre a força de trabalho quando fosse concluir o seguinte contrato. Em contraste com o patrão, o operário recebeu só as desvantagens de um contrato de trabalho: limitado pelo contrato durante grandes períodos, era incapaz de aproveitar oportunidades mais favoráveis quando elas surgissem para melhorar a sua posição; sua consciência de classe e vontade de luta se adormeceram com o tempo e estava condicionado a inatividade. Deste modo, foi caindo na atmosfera, fatal para a luta de classe da “harmonia entre capital e trabalho e da “comunidade de interesses entre quem dá o trabalho e quem o toma”; assim, sucumbiu completamente ao oportunismo

pequeno-burguês sem esperança, que vive do pão de cada dia e que torna até as reformas mais práticas e as "realizações positivas" tanto mais duvidosas e inúteis quanto mais tempo dure; e, no final se converte na vítima enganada de uma tacanha, circunscrito grupo de funcionários e dirigentes, frequentemente sem escrúpulos, cujo principal interesse é, já há muito, não o interesse do trabalhador, mas de manter as suas posições administrativas. De fato, quando a política de contratos de trabalho tornou-se predominante, a participação dos operários na vida dos sindicatos adormeceu; raramente assistiam as reuniões, a participação nas eleições declinou de forma expressiva, as cotas tinham que ser coletadas quase à força, o terror se impôs nas fábricas assim como a burocratização do aparelho administrativo – um como o outro, meios para manter a existência da organização, que se tornara um fim em si mesmo. A introdução de contratos nacionais para amplas categorias de trabalhadores, provocou um incremento ainda maior do centralismo e do poder dos funcionários e, ao mesmo tempo, também uma crescente cisão entre os dirigentes e as massas, uma maior alienação da organização de seu caráter originário como um meio de luta e de objetivo da luta, e uma degradação mais profunda dos operários em títeres insignificantes e sem vontade, limitando-se a pagar cotas e executar instruções, nas mãos da burocracia da associação.

Outro fator é necessário acrescentar. Para acorrentar o operário à organização através de todos os seus interesses, que derivam da sua situação permanente de sobrevivência, os sindicatos desenvolveram um extenso e complicado sistema de seguros, praticando uma espécie de política social “prática”. Aparentemente para benefício do trabalhador, certamente às suas custas. Há seguro para doenças, morte, desemprego, mudança e viagem para um novo emprego; um completo aparato de bem-estar social com pequenos emplastos e toda classe de paliativos para a miséria proletária. O operário começa a cobrar mais políticas de seguros, paga prêmios e mais prêmios, obtém crédito na tesouraria do sindicato e aguarda a oportunidade de pedir a sua ajuda. Em lugar de pensar na grande luta, perde-se em cálculos sobre ínfimas quantidades de dinheiro. É encorajado e mantido em seu modo de pensar pequeno-burguês; afunda-se, em prejuízo da sua emancipação proletária, nos constrangimentos e tacanhez do conceito de vida pequeno-burguês, que não se dá nada sem pedir algo em troca; habitua-se a ver o valor da organização nas vantagens materiais vis do momento, em vez de prender as suas vistas no grande objetivo revolucionário, livremente desejado na própria luta individual – a libertação de sua classe. Desta maneira, o caráter combativo da classe da organização é sistematicamente minado e a

consciência de classe do proletariado irreparavelmente destruída e devastada. Para acabar, o pobre diabo aguenta com os custos de um sistema de benefícios sociais e assistência que, basicamente, devia ser o Estado a pagar para o bem-estar de toda a sociedade, aliviando o fardo dos economicamente débeis.

Deste modo, os sindicatos tornaram-se, com o tempo, órgãos da charlatanice social pequeno-burguesa, cujo valor para o operário se reduziu de qualquer modo para nada, uma vez sob pressão da desvalorização do dinheiro e da miséria econômica⁴, a solvência de todos os fundos de assistência foi anulada. Mais ainda: em consonância lógica com a tendência para a comunidade de interesses entre capital e trabalho, os sindicatos desenvolveram-se no sentido de órgãos auxiliares dos interesses econômicos capitalistas-burgueses e, portanto, da exploração e da obtenção de lucros. Tornaram-se os mais leais escudeiros da classe burguesa, as mais seguras tropas de proteção para a finança.

Ao arrebentar a guerra, os sindicatos manifestaram-se a favor do dever de defesa nacional sem hesitar um momento, fazendo a política burguesa como a sua política, pregando o imperativo da resistência, ajudando a pôr em prática a lei do serviço auxiliar e suprimindo freneticamente todo o movimento de sabotagem ou de revolta na indústria de armas e munições. Com o rebentar da Revolução de Novembro⁵, protegeram o governo de Kaiser; se lançaram contra as massas revolucionários, se aliaram com o grande capital em uma associação de trabalho, deixaram-se subornarem com cargos, honras e rendimentos na indústria e no Estado, reprimiram todas as greves e levantamentos em unidade com a polícia e o exército e, por fim, traíram assim de forma vergonhosa e brutalmente os interesses fundamentais do proletariado com o seu inimigo jurado, a burguesia.

Na construção do capitalismo depois da guerra⁶, na reescravização das massas através do capital, organização em corporações (*truts*) e conectado internacionalmente, na Stinnização da economia alemã, nas lutas na Alta Silésia⁷ e no Ruhr, na redução da carga de trabalho para oito horas, ordens de desmobilização e economia forçada, na eliminação dos conselhos operários, dos comitês de fábrica, comissões de controle e etc., durante o terror contra os sindicalistas, unionistas, anarquistas – sempre e em toda parte, prontos a acudir

⁴ [N.T] Refere-se à crise inflacionista de 1923

⁵ [N.T] Mais conhecida no Brasil como Revolução Alemã (1918-1919)

⁶ [N.T] Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

⁷ [N.T] Uma área dívida entre a Alemanha e a Polônia depois da guerra na sequência de um plebiscito com o apoio dos sindicatos. A consciência de classe dos mineiros da área lutou contra a separação da Alemanha proletária.

pelo lado do capital, como uma guarda pretoriana pronta para o mais baixo e mais vergonhoso dos atos. Sempre contra os interesses do proletariado, contra o progresso da revolução, a libertação e a autonomia da classe operária, usaram e abusaram das acessões a fundos para segurar e prover materialmente a sua existência como patrões e parasitas que – como bem sabiam – se mantêm ou cai com a existência da organização sindical que eles falsificaram. De uma arma para os operários a uma arma contra os próprios operários.

Querer revolucionar estes sindicatos é uma ideia absurda, porque é totalmente impossível e desesperada. Este “revolucionar” equivale ou a uma simples substituição do pessoal, que não muda absolutamente nada no sistema (mas estende sobretudo o foco de infecção), ou então deve consistir em retirar aos sindicatos o centralismo, a assinatura de contratos, o dirigismo profissional, os fundos de seguros, o espírito de compromisso... E o que se resta então? Absolutamente nada!

Enquanto existirem, os sindicatos continuarão a ser o que são: os mais genuínos e eficientes Guardas Brancos dos patrões, a quem o capital alemão, em especial, deve mais do que a todos os guardas de Noske e de Hitler juntos⁸.

Tais instituições, geralmente perigosas e contrarrevolucionárias, inimigas dos trabalhadores, só podem ser destruídas, aniquiladas, exterminadas.

⁸ Refere-se às ações contrarrevolucionárias do jovem Hitler até 1923, quando este se envolveu nas atividades dos pequenos bandos armados nacionalistas privados, principalmente no Sul da Alemanha.